

# Estudo Técnico Preliminar 31/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08350.006574/2023-28

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de contratação que visa suprir necessidades de manutenção de canil, atendimento veterinário/hospitalar e alimentação de cães de faro da Polícia Federal, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins/MG, em condições adequadas de segurança, saúde e higiene, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados, com fornecimento de materiais e produtos necessários à alimentação e bem estar dos cães, limpeza do canil e áreas adjacentes, obedecidas as normas regulamentares do Conselho Federal de Medicina Veterinária, para dois cães de faro adulto e um cão de faro visitante esporádico.

2.2. Os serviços especializados médico-veterinários e de tratadores dos cães possuem natureza contínua e permanente, essenciais para a manutenção da vida dos animais bem como das atividades finalísticas da Polícia Federal no Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins-MG, a serem fornecidas no canil da PF, no endereço LMG 800, KM 7.9, s/n, Confins/MG, CEP 33.500-900.

2.3. As atividades exercidas pelos cães de faro da PF são de grande importância nas apreensões de entorpecentes desta Superintendência Regional de Polícia Federal, com especial atuação na detecção de explosivos, principalmente em grandes eventos e visita de dignitários. Os cães de faro são provenientes do SECAN, Serviço de Canil Central da Polícia Federal, em Brasília, e atuam no intuito de fortalecer as ações de prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos aeroportuários e dos praticados no Estado de Minas Gerais.

2.4. Os cuidados devidos aos referidos animais foram estabelecidos na Portaria nº. 050/2007-DG/DPF, de 23 de fevereiro de 2007, que institui o Manual de Princípios e Normas Disciplinadoras da Organização e Funcionamento das Atividades do Serviço de Canil Central - SECAN e dos Canis Regionais do Departamento de Polícia Federal, especialmente em seu artigo 20, que prevê, dentre outras atribuições, que as Unidades Centrais e Descentralizadas do DPF deverão se encarregar de fornecer aos cães alimentação, materiais de limpeza e higiene, inclusive nas instalações, com contratação especializada de serviços para conservação e manutenção das instalações.

2.5. A necessidade de contratação da prestação de serviços decorre da inexistência de pessoal técnico para apoio em sua execução, uma vez que os serviços contratados não fazem parte do rol de atividades deste órgão, caracterizando-se como função atípica. Tal serviço, no entanto, é essencial para a manutenção da vida dos cães de faro e alinham-se perfeitamente ao teor do Parecer da DELP/CRH/DGP/DPF (SEI 31877886), em anexo.

2.6. A contratação em tela está de acordo com o Decreto nº 9.507/2018 e IN/SLTI-MP nº 05/2017 e alterações posteriores cabíveis. O citado Decreto dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

*"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."*

2.7. Há de se pontuar também que os contratos atuais de fornecimento de serviço veterinário (Contrato 04/2019-SR/PF/MG firmado com a empresa FCIA VETER PET LTDA) e de fornecimento de serviço de manutenção do canil (Contrato nº 11/2018-SR/PF/MG firmado com empresa Master Clean Limpeza e Conservação Ltda) estão prestes do fim de sua vigência, necessitando de realização de um novo contrato para continuidade à prestação dos serviços.

2.8. O objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2021/2023 da Polícia Federal, aprovado pela Resolução nº 05-CGPF/PF, publicada no BS nº 154, de 16.08.2021, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

2.9. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços acima mostra-se vantajosa, já que é essencial para a manutenção dos serviços prestados no âmbito do Aeroporto Internacional de Confins e pela própria sobrevivência dos animais, garantindo qualidade e eficiência no controle de entorpecentes, explosivos e outros delitos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DRE/DRPJ/SR/PF/MG	Cristiano Henrique Cruz Fernandes
DRE/DRPJ/SR/PF/MG	ANDERSON DE ABREU SANTOS AZEVEDO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em relação à natureza do serviço, são classificados como auxiliares e de apoio administrativo, técnico e operacional, de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra. Todos se enquadram nos pressupostos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/2005, que define os mesmos como COMUNS, já que tem padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos através de instrumento específico (termo de referência), em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, com prestação por empresas do ramo de forma fácil e usual.

4.2. Estima-se que, se a CONTRATADA atender a todos os requisitos definidos em Edital e tiver boa execução contratual, conforme as diretrizes traçadas no Termo de Referência, o contrato terá duração de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, limitados à 10 anos, em conformidade com o art. 108 da Lei 14.133/21.

4.3. Para que os serviços sejam realizados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, a Polícia Federal opta pela contratação dos serviços desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

- observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
- cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
- célere instrução do processo de modo a garantir que haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;
- a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
- as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas da categoria envolvida na prestação dos serviços vigentes em 2023, bem como a legislação trabalhista vigente.
- a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva.
- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.4. A realização deste procedimento na modalidade pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo preço global, abrangendo a contratação de todos os serviços, se justifica visto que as atividades de tratamento de cães de faro, assistência veterinária e limpeza do canil e áreas adjacentes estão inter-relacionadas o que proporciona ganhos de escala, se contratadas conjuntamente. Além disso, tais atividades seguem regulamentação específica do Conselho Federal de Medicina Veterinária, havendo, ainda, expressivo ganho com gerenciamento centralizado, que implica em vantagens para a Administração. O julgamento dessa

contratação sob o regime de empreitada global não exclui a necessidade de limitação dos preços unitários, uma vez que, mesmo nesses ajustes, os valores pactuados para cada item, em princípio, servirão de base para eventuais acréscimos contratuais, sob pena de uma proposta aparentemente vantajosa, vir a se tornar desfavorável à Administração.

4.5. A contratação se dará por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que assegure a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração sob a perspectiva do interesse público.

4.6. É um requisito importante, conforme exigência normativa, ainda que parte da prestação dos serviços a serem contratados não seja realizada dentro das instalações da Polícia Federal e por isso, no que se refere às boas práticas de sustentabilidades ambiental, a presente contratação deverá obedecer à alguns critérios previstos na IN SLTI/MPOG 01/2010, tais como:

- Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução dos consumos de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, principalmente nos banhos dos animais e das baias, conforme instituído na Instrução Normativa nº 01 de 19/10/2010;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- Atendendo ao Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a contratada deverá colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas.
- No que diz respeito à utilização de saneantes domissanitários a contratada deverá:
  - manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;
  - Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;
  - Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;
  - Observar, rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, o atendimento as prescrições da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, do Decreto 79.094 de 05 de janeiro de 1977 e as prescrições da Resolução Anvisa nº 40, de 5 de junho de 2008, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da Contratante são os Anexos da referida Resolução;
  - Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria nº 9, de 10 de abril de 1987, em face de que a relação risco X benefício pertinente aos corantes relacionados no Anexo I ser francamente desfavorável a sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos;
  - Fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (artigos 14 e 15 do Decreto 79.094, de 05 de janeiro de 1997, que regulamenta a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976);
  - Não utilizar, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001, os saneantes domissanitários de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução – RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001;
  - Fica terminantemente proibida a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, conforme Portaria DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária nº8, de 10 de abril de 1987;
  - Em face da necessidade de preservar a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, e da necessidade de evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas, a contratada somente poderá aplicar saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução Anvisa RDC nº 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários;
  - Quanto à aplicação de álcool a Contratada deverá observar a Resolução RDC nº 46, de 20 e fevereiro de 2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;
  - Fica proibida a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos do câncer;

- Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979;
- Os produtos químicos relacionados pela Contratada, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro no Ministério da Saúde;
- Recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato;
- Apresentar à Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis ocorrências que possam surgir com empregados da Contratada, ou com terceiros;
- No que diz respeito à poluição sonora a contratada deverá observar em seus equipamentos de limpeza a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db(A), conforme Resolução CONAMA nº9020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído; e a adequada destinação dos resíduos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 73/2020-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

*"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

***I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;***

***II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;***

***III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;***

***ou IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.***

***§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.***

***§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:***

***I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;***

***II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereço e telefone de contato; e d) data de emissão.***

***III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput." (grifo nosso)***

5.2. Para a presente contratação utilizou-se o Software Banco de Preços que consolida as informações mais atualizadas do Pannel de Preços, conforme Relatório de Cotação, realizado entre 18/10/2023 e 20/10/2023, em conformidade com a IN 65 de 07/07/2021. Foi empregado o Método Matemático de Média Aritmética de preços em conformidade com o artigo 3º da IN 65:

*Artigo 3º - A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."*

5.3. O relatório conta com Laudo de Cotação dos itens em pesquisa e todas as cotações de referência utilizadas, contemplando Compras Governamentais, Outros Órgãos da Administração Pública nas Esferas Estaduais e Municipais, bem como pesquisa de amplo domínio.

5.4. Dos resultados obtidos é possível verificar que os serviços veterinários de limpeza, atendimento médico veterinário à animais e alimentação de cachorros são comumente contratados pelos mais variados órgãos públicos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de manutenção de canil, atendimento veterinário/hospitalar e alimentação de cães de faro da Polícia Federal, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins/MG. Nele, constarão todos os pormenores, tais como rotinas de limpeza, tipo de produtos, serviços a serem realizados, bem como as obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

6.2. Especificamente, trata-se de contratação conjunta de serviços em condições adequadas de segurança, saúde e higiene, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados, com fornecimento de materiais e produtos necessários à alimentação e bem estar dos cães, limpeza do canil e áreas adjacentes, obedecidas as normas regulamentares do Conselho Federal de Medicina Veterinária, para dois cães de faro adulto e um cão de faro visitante esporádico.

6.3. A periodicidade da prestação dos serviços e entrega de material seguirá as rotinas a serem previstas no Termo de Referência, e serão prestados pela CONTRATADA no Canil da Polícia Federal localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves na cidade de Confins-MG (Aeroporto de Confins LMG 800 - KM 7,9, S/N. Confins/MG. Brasil, CEP 33.500-900).

6.4. A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar do dia da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada uma vez por igual e sucessivo período, limitando-se a 10 (dez) anos, em conformidade com o art. 108 da Lei 14.133/21.

6.5. Será realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em conformidade com o previsto na lei nº 10.520/2002 e no Decreto 10.024/2019, em sessão pública, no Portal de Compras do Governo Federal.

6.6. Em síntese, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1.

- Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra, sem regime de dedicação exclusiva;
- A contratação visa atender 02 cães de faro e 01 possível cão visitante, que ficarão alojados no canil situado no Aeroporto de Confins LMG 800 - KM 7,9, S/N. Confins/MG.
- O serviço objeto da presente licitação será iniciado após a emissão da ordem de serviço;
- O pagamento mensal se dará por demanda, além dos serviços fixos como limpeza que tem frequência diária;
- São, resumidamente, serviços necessários ao atendimento da contratação:
  - Atendimento veterinário e hospitalar quando requisitado;
  - Manutenção do Canil diária;
  - Fornecimento de ração, de produtos veterinários, de materiais de limpeza, higiene e assepsia, equipamentos e complementos necessários à prestação dos serviços, sob demanda;
  - Há a possibilidade de Procedimentos/Serviços de ocorrência incerta como: Atendimento de urgência 24h; Cirurgia OSH Patológica; Raio x; Ultrassonografia; Tomografia; Unidade móvel; Banco de sangue, transfusões; Próteses/fixadores; Biopsia; Eletrocardiograma/Cardiologia; Internação/dia Cirurgia Geral; Fraturas e imobilizações ortopédicas; Anestesia (até duas horas); Fornecimento de atestado de óbito; Necrópsia; Sutura;

6.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6.8. Deverão ser incluídos na proposta de preço do licitante todos os custos médios de deslocamento, eventuais despesas com hospedagem e demais custos inerentes a sua mão de obra para a efetiva prestação do serviço.

6.9. A contratação dos serviços em tela atenderá, ainda, os requisitos básicos de comprovação de expertise na área de atuação (atestado de capacidade técnica semelhante ao objeto do edital) e o recolhimento de garantia de execução contratual para cobertura de situações de descumprimento das obrigações pactuadas.

6.10. O modo de disputa de lances para a modalidade escolhida, Pregão, será de Aberto ou aberto/fechado.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Atualmente a Superintendência Regional de Polícia Federal tem três contratos que atendem ao objeto que se quer contratar.

- Processo 08350.013665/2018-52: prestação de serviço de limpeza do Canil, sob a forma do Contrato nº 11/2018-SR/PF/MG, com a empresa MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, a se encerrar em 13/11/2023, sem possibilidade de prorrogação;
- Processo 08350.000292/2019-31: prestação de serviço veterinário para cães do Canil, sob a forma do Contrato nº 04/2019-SR/PF/MG, com a empresa FCIA VETER PET LTDA ME, a se encerrar em 01/06/2024, sem possibilidade de prorrogação;
- Processo 08350.017254/2019-17: aquisição de ração para cães de faro do Canil, sob a forma de adesão à SRP desenvolvido pelo Canil Central em Brasília, com ração para os cães até dezembro/2023.

7.2. Como observado acima, o contrato de limpeza do canil encerra-se em 13/11/2023, o que caracteriza a presente licitação como urgente, necessitando de dedicação para sua conclusão. A alimentação dos cães encerra-se em dezembro/2023, permanecendo apenas o serviço veterinário até 06/2024.

7.3. A proposta é abrigar em um único contrato os três serviços de forma a criar condições suficientes para atender os cães da PF no Aeroporto de Confins de forma contínua, sob a égide de uma única empresa, por se tratar de serviços similares e complementares entre si.

7.4. Os contratos anteriores geraram a série histórica de consumo das quantidades da nova contratação que foram estimadas considerando as seguintes premissas:

- serviços de cuidado com o cão de faro de segunda-feira a domingo (7 dias na semana), nas dependências do canil do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, na cidade de Confins/MG;
- fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários ao perfeito atendimento do objeto;
- fornecimento de medicamentos, suplementos, vacinas e outros necessários à manutenção da saúde e bem-estar do cão de faro;
- fornecimento de ração “Super Premium”, ministrada de acordo com a orientação do médico-veterinário;
- serviços de acompanhamento de médico-veterinário e todos os procedimentos que vierem a ser necessários para manter a saúde e bem-estar do cão de faro.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 235.215,44

8.1. A elaboração do montante estimado levou em conta aspectos gerais, vacinas, suplementos, vermífugos, materiais de limpeza adequados ao ambiente canino, qualidade da ração para cães adultos, limpeza dos canis e dos comedouros, guarda e organização do material de treino e trabalho dos cães, visitas veterinárias, anestésias e possíveis cirurgias, exames e outros serviços, tudo a ser detalhado no Termo de Referência.

8.2. O preço global de referência foi obtido em conformidade com os mandamentos da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, especialmente em seu Art.5º, que determina:

*“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

- I. 1. - *Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*
- II. 2. - *aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*
- III. 3. - *dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou*
- IV. 4. - *pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.”*

8.3. Objetivando o atendimento do §1º do supracitado artigo, o qual prevê a observância e priorização dos parâmetros previstos nos incisos I e II, e em caso de impossibilidade a justificativa nos autos, a Administração realizou consulta ao Painel de Preços através do Aplicativo Banco de Preços, chegando-se ao laudo a ser apresentado nos anexos ao Termo de Referência.

8.4. A média de valores obtida foi elaborada a partir dos valores obtidos no Painel de Preços, bem como nas cotações com empresas do ramo, chegando-se ao valor médio a ser considerado para estimativa do valor do contrato, estimado em R\$ 293.709,34.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

9.2. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

9.3. Sob o ponto de vista licitatório, a separação dos postos em itens ou lotes poderá resultar na não contratação de alguns dos serviços, considerando que não será atrativo comercialmente para as licitantes, culminando, portanto, na falta de continuidade da função pelo setor demandante.

9.4. Dessa forma, o não parcelamento da solução para o objeto em tela, justifica-se pela economia de escala e otimização dos trabalhos de tratamento/manutenção dos animais que devem ser feitos de maneira coligada, acarretando um interesse maior das empresas em participar do certame, aumentando a competitividade e, via de regra, melhorando as propostas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há outras contratações correlatas ou interdependentes, além das relacionadas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2014/2022, atualizado pela Resolução nº 05/2011-DG/DPF, de 12 de agosto de 2021, no item 2.5.2 do anexo IV, prevê que a Polícia Federal deve objetivar a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica, em busca de eficiência e efetividade das atividades dos serviços prestados.

11.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, segue abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

*"2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos*

*Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.*

*2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações*

*Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.*

*2.5.3. Ação Estratégica: Uniformizar a Gestão Orçamentária e Financeira*

*Uniformizar e implementar procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de supervisionar, controlar e avaliar a execução orçamentária.*

*2.7. Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle Institucional*

*Consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, contratações e pessoal."*

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os ganhos diretos e indiretos almejados com a contratação, em termos de economicidade, eficiência, eficácia e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, são os seguintes:

- Manutenção do Centro de Cães de Faro da Alfândega de Belo Horizonte, localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves na cidade de Confins/MG, em razão da inexistência, entre os cargos da Polícia Federal, de médico veterinário para a prestação de serviços veterinários, bem como de cuidadores/tratadores de cão para os cuidados relativos à saúde e bem estar geral do cão de faro. Os insumos para a realização de tais serviços – e seus quantitativos específicos – dependem de avaliação técnica do médico-veterinário. Daí a necessidade de a contratação dos serviços e a aquisição dos insumos ocorrer de forma integrada.
- O uso de tal ferramenta pela Polícia Federal no Aeroporto de Confins é de grande importância nas apreensões de entorpecentes desta Superintendência Regional de Polícia Federal, com especial atuação na detecção de explosivos,



principalmente em grandes eventos e visita de dignitários. Os cães de faro são provenientes do SECAN, Serviço de Canil Central da Polícia Federal, em Brasília, e atuam no intuito de fortalecer as ações de prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos aeroportuários e dos praticados no Estado de Minas Gerais.

- Com relação à economicidade, a contratação em análise preenche todos os seus aspectos (eficácia, eficiência e efetividade), atuando de forma a contratar e reprimir grupos criminosos que atuam em várias esferas federais e estaduais, em trânsito no Aeroporto de Confins, com especial atenção ao impacto social das apreensões no tocante às pessoas, às famílias e à sociedade em geral.

12.2. A contratação destes serviços também possibilitará um melhor aproveitamento dos recursos humanos deste órgão, notadamente no que se refere a policiais e servidores administrativos que poderão se dedicar a atividades de cunho mais especializado e de maior complexidade.

12.3 Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades respaldadas em condições físicas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço, haja vista que os serviços a que se pretende contratar já estão vigentes desde o ano de 2018.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

14.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

14.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

14.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Ficou demonstrado neste estudo que tal metodologia de contratação está em conformidade com a legislação vigente e implicará em economia processual e operacional para a Administração, atendendo aos requisitos de melhoria e sustentação das atividades da Polícia Federal sendo, pois, declarada viável a contratação pretendida.

O levantamento de mercado foi realizado e inserido no ETP as alternativas possíveis de soluções. Essas informações foram consideradas antes da emissão da declaração de viabilidade.

A viabilidade econômica foi constatada após os estudos de mercado, coletando informações sobre o setor veterinário, os custos envolvidos no serviço, bem como, a existência de orçamento disponível.

No que diz respeito à viabilidade ambiental, a contratação futura baseada em critérios legais e de sustentabilidade ambiental, proporcionará maior otimização da utilização de recursos, redução de desperdícios e de poluição, por meio da racionalização/substituição do uso de substâncias potencialmente tóxica ou poluentes, racionalização do consumo de energia elétrica e de água.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Agente de Polícia Federal

**DANIEL CARVALHO DOS SANTOS**

Agente de contratação